



**VFC – Empreendimentos – Empresa Municipal de  
Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas de  
Vila Franca do Campo, E.M. – Em liquidação**

# **Relatório e Contas**



**2016**



*Handwritten signature*

## ÍNDICE

### **I – Relatório de Actividade**

- 1. Introdução*
- 2. Atividade*
- 3. Análise Económica e Financeira*
- 4. Proposta de Aplicação de Resultados*
- 5. Perspetivas Futuras*
- 6. Referências Finais*

### **II – Contas**

- 1. Balanço*
- 2. Demonstração de Resultados por Natureza*
- 3. Demonstração das Alterações do Capital Próprio*
- 4. Demonstração de Fluxos de Caixa*
- 5. Anexo às Demonstrações Financeiras*

### **III – Certificação Legal de Contas**



## 1. INTRODUÇÃO

A Comissão Liquidatária, nos termos legais e estatutários, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016 bem como a proposta de aplicação de resultados e o parecer do Fiscal Único para aprovação em Assembleia Geral da empresa e posteriormente dar conhecimento à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

A Comissão Liquidatária avalia a gestão e respetivos resultados financeiros, de mais um ano em funções, com o objetivo único de encontrar os melhores procedimentos para proceder à liquidação da empresa municipal sem prejudicar o cariz do seu objeto social.

## 2. ACTIVIDADE

A VFC - EMPREENDIMENTOS, EM encontra-se em processo de liquidação por deliberação da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e da e da Assembleia Municipal desde Dezembro do ano 2013. Deste então, a sua gestão está ao cargo de uma Comissão Liquidatária que tem como incumbência proceder à extinção das atividades da empresa cumprindo com o disposto na Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012.

Neste sentido, a Comissão Liquidatária, no decorrer do ano de 2016, manteve a sua intervenção restrita apenas às atividades necessárias ao cumprimento das suas funções inerentes à liquidação da empresa, salvaguardando os seus compromissos com entidades terceiras.

A VFC - EMPREENDIMENTOS, EM é ainda acionista da “Vila Franca Parque – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais, SA”, sendo detentora de 18,87% do seu Capital Social.



### 3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A VFC – Empreendimentos, EM perante a ausência de transferências financeiras, ao abrigo do contrato programa, por parte da autarquia, de acordo com o estabelecido pelo artigo 40º da Lei 50 de 2012, ficou sem qualquer fonte de receita. Salvo em situação da autarquia assumir a cobertura de prejuízos da empresa sempre que os mesmos se verificarem.

Neste sentido, e para fazer fase aos seus compromissos, a VFC – Empreendimentos, EM, contou apenas com a sua disponibilidade de tesouraria.

Na VFC – Empreendimentos, EM a nível dos gastos do exercício, estes estão associados às rubricas relacionadas com fornecimentos e serviços externos de contabilidade e revisor oficial de contas, e gastos com pessoal, como as senhas de presença, e respetivos encargos sociais dos órgãos sociais.

Há ainda a indicar gastos como: impostos nomeadamente, imposto de selo e IMI no valor de €1.261,67 e encargos bancários com juros do empréstimo a médio e longo prazo no valor de €4.140,68.

A empresa municipal apresenta um valor do resultado líquido negativo, no exercício de 2016, de 8.571,21 € (oito mil quinhentos e setenta um euros e vinte um cêntimos)

O resultado líquido negativo do exercício, resulta em grande parte da redução acentuada de receitas para fazer face às despesas, conseqüente processo de liquidação a partir de Março de 2013.

A 31 de Dezembro de 2016, a VFC – Empreendimentos, EM registava um passivo de €2.192.009,60. Deste valor destacam-se o empréstimo bancário da Caixa Geral de Depósitos, no valor de €370.695,47. Este valor resultou da redução da dívida bancária à Caixa Geral de Depósitos, no valor de €172.082,14, referente à tranche final da expropriação de terreno pela Euroscut, e que se encontrava depositada no Tribunal de Vila Franca do Campo, e que foi integralmente revertido para amortização do passivo



bancário junto do credor hipotecário, Caixa Geral de Depósitos, conforme acordo judicial de fixação do valor de expropriação.

Destaca-se igualmente no passivo a outros credores o valor em dívida à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo de €1.200.000,00, em fornecedores de investimentos.

Os valores existentes na rubrica Estado e Outros Entes Públicos encontram em mora à data da realização do presente relatório.

O ativo líquido é de €1.996.591,53 enquanto que o Capital Próprio mantém-se negativo, registando-se em 2016 o valor de €195.418,07.

#### **4. Proposta de Aplicação de Resultados**

A Comissão Liquidatária propõe que o resultado líquido negativo no valor €8.571,21 (oito mil quinhentos e setenta um euros e vinte um cêntimos) seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.

#### **5. Perspetivas Futuras**

A Comissão Liquidatária pretende cumprir com a Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012 respeitando as deliberações da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e da Assembleia Municipal.

No período que irá decorrer até à sua extinção, a empresa municipal pretende dar continuidade à liquidação dos seus passivos, de acordo com os princípios de rigor técnico e financeiro, bem como ter em conta as recomendações emanadas quer pelo Tribunal de Contas quer pela autarquia.



## 6. Referências Finais

No dia 21 de Novembro de 2016, o Presidente da Comissão Liquidatária Arnaldo Branco Raposo de Amaral, apresentou renúncia de funções ao cargo que desempenhava, por incompatibilidade com as funções de deputado à Assembleia Regional, que passou a assumir no âmbito das últimas eleições legislativas regionais.

A Comissão Liquidatária agradece a todos os que colaboraram com a VFC – Empreendimentos, EM, destacando as instituições financeiras e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo pelo apoio incondicional que prestaram em mais um ano de actividade.

A Comissão Liquidatária agradece em particular ao Revisor Oficial de Contas, Dr. Silva Cardoso e à empresa Branco & Carreiro, Lda. na pessoa do Dr. André Carreiro por todo o apoio prestado na área contabilística e fiscal.

Vila Franca do Campo, 22 de Março 2017.

A Comissão Liquidatária  
Dinarte Sampaio  
Alicia Monteiro

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conta	2018	2019	2020
Ativo			
Ativo não circulante			
Imobilizado			
Investimentos			
Ativo circulante			
Disponibilidades			
Diferença de liquidação			
Passivo			
Passivo não circulante			
Capital próprio			
Capital de terceiros			
Passivo circulante			
Provisões			
Diferença de liquidação			

## Balanço

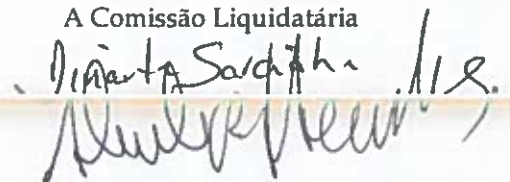
Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1,415,299.55	1,410,460.83
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Creditos a receber			
Outros investimentos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		1,415,299.55	1,410,460.83
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos	6	23,594.14	22,253.84
Capital subscrito e não realizado	7	510,043.65	510,043.65
Créditos a receber	8	32,081.03	32,081.03
Outros créditos a receber	9	15,477.64	187,559.78
Diferimentos			
Caixa e depósitos bancários	10	95.52	2,745.53
		581,291.98	754,683.83
<b>Total do activo</b>		<b>1,996,591.53</b>	<b>2,165,144.66</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	11	2,679,103.00	2,679,103.00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	12	9,300.00	9,300.00
Outras reservas			
Resultados transitados	13	-2,875,249.86	-2,838,354.60
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações de capital próprio			
		-186,846.86	-149,951.60
Resultado líquido do período		-8,571.21	-36,895.26
Interesses que não controlam			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-195,418.07</b>	<b>-186,846.86</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	14	254,978.17	306,800.47
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		254,978.17	306,800.47
Passivo corrente			
Fornecedores	15	8,666.20	1,987.40
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	6		
Financiamentos obtidos	14	115,717.30	235,977.80
Outras dívidas a pagar	16	1,812,647.93	1,807,225.85
Diferimentos			
		1,937,031.43	2,045,191.05
<b>Total do passivo</b>		<b>2,192,009.60</b>	<b>2,351,991.52</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1,996,591.53</b>	<b>2,165,144.66</b>

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária





## Demonstração dos Resultados

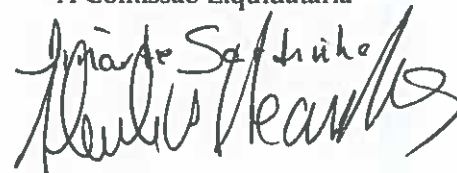
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Vendas e serviços prestados			
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	17	-7,018.24	-7,290.03
Gastos com o pessoal	18	-990.00	-1,980.00
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19	0.66	37,385.97
Outros gastos	20	-1,261.67	-1,143.91
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-9,269.25</b>	<b>26,972.03</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21	4,838.72	3,241.28
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	22		-64,074.22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-4,430.53</b>	<b>-33,860.91</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	23	-4,140.68	-1,132.47
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-8,571.21</b>	<b>-34,993.38</b>
Imposto sobre o rendimento do período	6		-1,901.88
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-8,571.21</b>	<b>-36,895.26</b>

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária



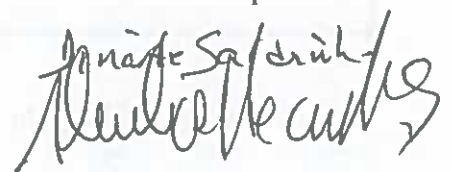
### Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
Posição no início de 2015	1	2.679.103,00	9.300,00		-2.858.756,50		20.401,90	-149.951,60
Saldo inicial reexpresso		2.679.103,00	9.300,00		-2.858.756,50		20.401,90	-149.951,60
<b>Alterações no Período</b>								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Aplicação dos resultados de 2014	13				20.401,90		-20.401,90	
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado Líquido do Período	2				20.401,90		-20.401,90	
Resultado Integral	3						-36.895,28	-36.895,28
Operações com Detentores de Capital no Período	4 = 2+3						-57.297,18	-36.895,28
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim de 2015	5 = 1+2+3+4	2.679.103,00	9.300,00		-2.838.354,60		-36.895,28	-186.846,88
Posição no início de 2016	6	2.679.103,00	9.300,00		-2.838.354,60		-36.895,28	-186.846,88
<b>Alterações no Período</b>								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Aplicação dos resultados de 2015	13				-36.895,28		36.895,28	
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado Líquido do Período	7				-36.895,28		36.895,28	
Resultado Integral	8						-8.571,21	-8.571,21
Operações com Detentores de Capital no Período	9 = 7+8						28.324,05	-8.571,21
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim de 2016	10 = 6+7+8+9	2.679.103,00	9.300,00		-2.875.249,88		-8.571,21	-195.418,07

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária



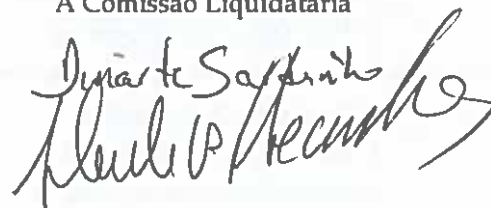
## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
<i>Euros</i>			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimento de clientes			
Pagamentos a fornecedores		-339.44	-15,194.80
Pagamentos ao pessoal		-990.00	-2,970.00
Caixa gerada pelas operações		-1,329.44	-18,164.80
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-391.00	-2,940.67
Outros recebimentos / pagamentos		-929.57	19,439.01
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-2,650.01</b>	<b>-1,666.46</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		0.00	0.00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		0.00	0.00
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		0.00	0.00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		0.00	0.00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )</b>		<b>-2,650.01</b>	<b>-1,666.46</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2,745.53</b>	<b>4,411.99</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>10</b>	<b>95.52</b>	<b>2,745.53</b>

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária





## ANEXO

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos nas NCRF.

### 1. Identificação da Entidade e período de relato

#### 1.1 Designação da entidade

“VFC Empreendimentos - Empresa Municipal Actividades Desportivas Recreativas e Turísticas de Vila Franca do Campo, EM.”, adiante designada por “VFC Empreendimentos”.

#### 1.2 Sede

Largo do Município, freguesia de São Miguel, do Concelho de Vila Franca do Campo.

#### 1.3 Natureza da atividade

A “ VFC Empreendimentos ”, é uma empresa municipal constituída em 13 de Abril de 2005 e tem como objeto social, a criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, apoio de actividades desportivas e recreativas, no sentido de promover a prática desportiva e recreativa bem como servir de apoio educativo à população escolar do concelho de Vila Franca do Campo, criação, implementação, implementação, desenvolvimento, participação e gestão de infra-estruturas capazes de potencializar as valências turísticas, etnográficas, gastronómicas e patrimoniais, quer a nível cultural quer a nível paisagístico quer a nível urbanístico do concelho de Vila Franca do Campo.

#### 1.4 Designação da Entidade – Mãe:

“Câmara Municipal de Vila Franca do Campo”

#### 1.5 Sede da Entidade – Mãe:

“Câmara Municipal de Vila Franca do Campo” - sede no Largo do Município, 9680 - Vila Franca do Campo

#### 1.6 Período de relato:

O período de relato é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2016.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

#### 2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não aplicável ao período de relato.

### 4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

#### 4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### 4.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### 4.3 Pressupostos da especialização do Exercício

A VFC Empreendimentos regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 10 e 17).

#### 4.4 Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Terrenos	-
Equipamento administrativo	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

#### 4.5 Activos intangíveis

Todos os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos.

Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o activo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

#### 4.6 Imparidade de activos

A VFC Empreendimentos avalia, à data de balanço, a existência de algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do activo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.



Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado não possa ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos activos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização

#### 4.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

#### 4.8 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da empresa. A VFC Empreendimentos reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

### **5. Activos fixos tangíveis**

A rubrica “Activos fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e de 2015:





31 de Dezembro de 2015

Rubricas	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15	Valor Líquido
<b>Custo:</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	2,271,729.26					2,271,729.26	2,227,628.90
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico							
Equipamento de transporte							
Equipamento administrativo	15,218.00					15,218.00	81.19
Outros activos fixos tangíveis							
Investimentos em curso							
	2,286,947.26					2,286,947.26	1,410,460.83
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	49,000.32			-4,899.96		44,100.36	
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico							
Equipamento de transporte							
Equipamento administrativo	13,478.13	1,658.68				15,136.81	
Outros activos fixos tangíveis							
	62,478.45	1,658.68		-4,899.96		59,237.17	
<b>Perdas por Imparidades acumuladas</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	753,175.04	64,074.22				817,249.26	
Edifícios e outras construções							
Outros activos fixos tangíveis							
	829,131.62	67,391.58		-4,899.96		891,623.24	

31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16	Valor Líquido
<b>Custo:</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	2,271,729.26					2,271,729.26	1,415,299.55
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico							
Equipamento de transporte							
Equipamento administrativo	15,218.00					15,218.00	
Outros activos fixos tangíveis							
Investimentos em curso							
	2,286,947.26					2,286,947.26	1,415,299.55
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	44,100.36			-4,919.91		39,180.45	
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico							
Equipamento de transporte							
Equipamento administrativo	15,136.81	81.25				15,218.00	
Outros activos fixos tangíveis							
	59,237.17	81.25		-4,919.91		54,398.45	
<b>Perdas por Imparidades acumuladas</b>							
Terrenos e Recursos Naturais	817,249.26					817,249.26	
Edifícios e outras construções							
Outros activos fixos tangíveis							
	891,623.24	162.50		-4,919.91		886,865.71	

## 6. Estado e Outros entes públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:



Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Activo</b>		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	391.00	74.12
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23,203.14	22,179.72
Outros impostos e taxas		
	<b>23,594.14</b>	<b>22,253.84</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ rend. das pess. colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)		
Segurança Social		
Outros impostos e taxas		

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>		
Imposto Corrente		
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		

Nos exercícios de 2016 e 2015 os resultados obtidos não geraram impostos correntes a recuperar ou a pagar de IRC.

#### 7. Capital subscrito e não realizado

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Capital subscrito e não realizado” registava os seguintes saldos:

	% Cap. Subscrito	Valor Capital Social	% Cap. Social realiz.	Cap. Social realizado	Cap. por realiz.
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	100.00%	2,679,103.00	80.96%	2,169,059.35	510,043.65

O capital social encontra-se integralmente subscrito pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. No ano de 2012, foi aprovada uma operação de aumento de capital social no valor de 1.500.000€ pelo acionista Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, que realizou no ano de 2012 entradas de capital em dinheiro, no valor de 989.956,35€, encontrando-se por realizar o montante de 510.043,65€.

#### 8. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Créditos a receber” registava os seguintes saldos com as empresas participadas:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Activo</b>				
Outros saldos devedores				
Câmara Municipal de Vila Franca Campo				
Vila Franca Parque, SA		32,018.03		32,081.03
		<b>32,018.03</b>		<b>32,081.03</b>

#### 9. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:



Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal		550.00		550.00
Outros Devedores				
Câmara Munic.V.F.C.-Contrato Programa				
Vila Solidária, EM				
Euroscut				
Vila Franca Parque, SA		14,927.64		14,927.64
Tribunal Judicial de VFC				172,082.14
Prestadores de Serviços				
		15,477.64		187,559.78
Perdas por imparidade acumuladas				
		15,477.64		187,559.78

No ano de 2016, foi reduzido na totalidade o montante de 172.082,14 € à guarda do Tribunal Judicial de Vila Franca do Campo, referente ao pagamento final efetuado pela Euroscut, no âmbito da expropriação de terreno, tendo sido abatido no credor hipotecário Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do empréstimo bancário indicado na nota 14.

#### 10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	3.32	28.42
Depósitos à ordem	92.20	2,717.11
Depósitos à prazo		
Outras		
	95.52	2,745.53

#### 11. Capital subscrito

O capital social da Empresa encontra-se integralmente subscrito à data de 31 de Dezembro de 2016.

Accionista	% Cap. Subscrito	Valor Capital Social
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	100.00%	2,679,103.00

#### 12. Reservas

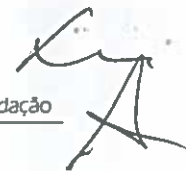
A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. O artigo 28º dos estatutos da VFC Empreendimentos, EM, refere que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Paralelamente, o referido artigo 28º dos estatutos da VFC Empreendimentos, EM, obriga à constituição de uma reserva para investimentos, ficando o valor a constituir pendente da proposta de aplicação de resultados da Administração.

A rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição e evolução nos exercícios de 2015 e de 2016:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Outras Reservas
Saldo inicial	9,300.00		
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	9,300.00		
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	9,300.00		

#### 13. Resultados Transitados

A rubrica de "Resultados Transitados" apresenta a seguinte evolução:



Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-15	-2,858,756.50
Alterações no período (2015)	
1. Cobertura de Prejuízos	
5. Aplicação resultados 2014	20,401.90
Saldo em 31-Dez-15	-2,838,354.60
Alterações no período (2016)	
5. Aplicação resultados 2015	-36,895.26
Saldo em 31-Dez-16	-2,875,249.86

O valor das alterações nos anos de 2015 e de 2016 resultam da aplicação de resultados referente aos exercícios de 2014 e de 2015, respectivamente.

#### 14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Financiamentos Obtidos" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	254,978.17	115,717.30	306,800.47	63,895.00
Contas caucionadas				172,082.80
Contas bancárias de letras descontadas				
Outros empréstimos				
	254,978.17	115,717.30	306,800.47	235,977.80

O financiamento bancário em contas bancárias de letras descontadas refere-se a uma livrança de natureza de curto prazo a qual foi amortizada por verba proveniente da expropriação de terrenos pela Euroscut, a qual se encontrava consignada a seu favor no Tribunal judicial de Vila Franca do Campo desde Dezembro de 2012, tendo sido transferido para a Caixa Geral de Depósitos, conforme mapa de responsabilidades do Banco de Portugal. No âmbito do processo de liquidação da Empresa, encontra-se em fase de negociação o seu pagamento junto da instituição bancária. Em outubro de 2015 foi celebrado com a CGD um aditamento ao contrato de Empréstimo nº 9015005631091, convertendo-o num empréstimo de médio e longo prazo com o prazo global de 7 anos, sendo pago em 28 prestações, com a primeira prestação a vencer-se em dezembro de 2015 e a última em setembro de 2022.

Prazos de reembolso	31-Dez-16	31-Dez-15
Menos de um ano	115,717	235,978
1 a 3 anos	254,978	157,383
3 a 5 anos		108,569
Mais de 5 anos		40,848
	370,695	542,778

#### 15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:



Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	8,666.20	1,987.40
Fornecedores outros		
	8,666.20	1,987.40

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	8,666.20		1,987.40	
Fornecedores outros				
	8,666.20		1,987.40	

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 91 dias	Total
Fornecedores conta corrente	365.80	365.80	1,250.80	6,683.80	8,666.20
Fornecedores outros					
	365.80	365.80	1,250.80	6,683.80	8,666.20

#### 16. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimento				
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo		1,200,000.00		1,200,000.00
Pessoal e Órgãos Sociais				
Credores por acréscimo de gastos				
Férias e Subs. Férias				
Encargos				
Juros a liquidar		41,817.90		37,510.95
Outros acréscimos de gastos		2,210.53		1,095.40
Outros credores				
Gesquelhas, SA		568,619.50		568,619.50
		1,812,647.93		1,807,225.85

#### 17. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos		
Serviços especializados	6,812.34	7,177.14
Materiais		
Energia e fluídos		
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	205.90	112.89
Outros Relacionados c/ Eventos Culturais		
Rendas e Alugueres		
Contencioso e notariado	180.00	105.00
	7,018.24	7,290.03

#### 18. Gastos com o pessoal

Esta rubrica apresentava os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	800.00	1,600.00
Remunerações do pessoal		
Encargos sobre remunerações	190.00	380.00
Seguros		
Outros gastos com pessoal		
	990.00	1,980.00

A partir de Setembro de 2013 a empresa deixou de ter funcionários, no âmbito do processo de liquidação da sociedade. As remunerações acima indicadas para os órgãos sociais, referem-se aos vogais da Comissão Liquidatária, Alexandre Amaral e Dinarte Sardinha, que auferiram senhas de presença no valor de 200 euros cada. O Presidente da Comissão Liquidatária, Arnaldo Amaral, não foi remunerado. A "VFC Empreendimentos - E.M" encontra-se em fase de liquidação, mediante deliberação da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, detentora da totalidade do seu capital social, decorrente da Lei nº 50/2013.

#### 19. Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, registaram-se os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Desempenho Cargos noutras instituições		
Correcções relativas a períodos anteriores	0.66	
Excesso de estimativa para impostos		
Restituição Impostos		37,385.97
Outros rendimentos e ganhos		
	0.66	37,385.97

Os valores indicados neste quadro resultam da correcção da estimativa do IMI do ano de 2013 e restituição parcial do IMI dos anos de 2011 e de 2012, resultantes do recálculo resultante da e expropriação e desanexação da área sobrance, decorrente da decisão judicial do processo com a Euroscut.

#### 20. Outros gastos

Esta rubrica apresentava os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	1,261.67	1,143.91
Apoio Concedido Desporto/Cultura/Educação		
Menos Vallias Contabilísticas		
Correcções relativas a períodos anteriores		
Outros gastos e perdas		
	1,261.67	1,143.91

#### 21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Esta rubrica apresentava os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

Rúbricas	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	-81.24	4,919.96	4,838.72	-1,658.68	4,899.96	3,241.28
Activos intangíveis						
	-81.24	4,919.96	4,838.72	-1,658.68	4,899.96	3,241.28

A reversão efectuada na rubrica de activos tangíveis - Terrenos e Recursos Naturais no valor de 4,919.96 €, resulta por via da cedência de um direito de superfície por 20 anos do terreno urbano propriedade da empresa. Em 2005, foi efectuada uma depreciação extraordinária pelo valor total do terreno cedido, pelo que anualmente se procede à Reversão da depreciação por taxa anual de 5% daquele valor até ao termo do contrato de cedência.

#### 22. Imparidades de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os seguintes valores:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em activos fixos tangíveis				64,074.22		64,074.22
Em activos intangíveis				64,074.22		64,074.22

A perda no valor de 64,074.22 €, efetuada no ano de 2015, resulta da atualização do valor patrimonial tributário do prédio urbano Terras do Visconde em 2015.

### 23. Juros e gastos similares suportados

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, registaram-se as seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	4,140.68	1,132.47
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	4,140.68	1,132.47
<b>Resultados de Financiamentos</b>	<b>-4,140.68</b>	<b>-1,132.47</b>

### 24. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as partes relacionadas registavam os seguintes saldos:

Saldos	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>Contas a receber</b>	<b>32,081.03</b>	<b>32,081.03</b>
Câmara Municipal de Vila Fr. do Campo		
Vila Franca Parque, SA	32,081.03	32,081.03
<b>Contas a pagar</b>	<b>1,768,619.50</b>	<b>1,768,619.50</b>
Câmara Municipal de Vila Fr. do Campo	1,200,000.00	1,200,000.00
Gesquelhas, SA	568,619.50	568,619.50
<b>Empréstimos concedidos</b>		
<b>Empréstimos obtidos</b>		
<b>Capital social por realizar</b>	<b>510,043.65</b>	<b>510,043.65</b>
Câmara Municipal de Vila Fr. do Campo	510,043.65	510,043.65

As “Partes Relacionadas” englobam a entidade – mãe “Câmara Municipal de Vila Franca do Campo” e as empresas participadas “Gesquelhas, SA” e “Vila Franca Parque, SA”.

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A Comissão Liquidatária ou pessoal chave de gestão foram remunerados conforme nota 16. Exceptua-se o Presidente da Comissão Liquidatária que não foi remunerado no exercício. A Comissão Liquidatária foi nomeada a 4 de Dezembro de 2013, com a seguinte composição:

Presidente – Arnaldo Branco Raposo de Amaral

Vogal - Alexandre Custódio Batista da Camara de Amaral

Vogal - Dinarte José Resendes Sardinha

No dia 21 de Novembro de 2016, o Presidente da Comissão Liquidatária Arnaldo Branco Raposo de Amaral, apresentou renúncia de funções ao cargo que desempenhava, por incompatibilidade com as funções de deputado à Assembleia Regional, que passou a assumir no âmbito das últimas eleições legislativas regionais.

O Conselho de Administração tomou conhecimento que se encontra perdida a totalidade do capital social, nos termos do artigo 35º do código das sociedades comerciais.

O Contabilista Certificado



A Comissão Liquidatária





# VFC Empreendimentos-E.M.Activ.Desp.Rec.Tur.VFC,EM

## Balancete de Dezembro/2016 ( Saldos dos Saldos ) Analítico da Geral

Conta Inicial...: 1 - MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Conta Final....: 8901 - Dividendos Antecipados

Câmbio : 2 - Euro

Conta	Título	Déb. Mensal	Créd. Mensal	Déb. Anual	Créd. Anual	Saldo T
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	0.00	100.00	2,819.65	2,724.13	95.52 D
11	Caixa	0.00	0.00	28.42	25.10	3.32 D
112	Fundo de Maneio	0.00	0.00	28.42	25.10	3.32 D
12	Depósito à ordem	0.00	100.00	2,791.23	2,699.03	92.20 D
1202	B.C.P nº 4536540658905	0.00	100.00	2,791.23	2,699.03	92.20 D
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	270,367.18	273,537.69	1,167,287.21	2,778,100.35	1,610,813.14 C
22	Fornecedores	0.00	365.80	365.80	9,032.00	8,666.20 C
221	Fornecedores c/c	0.00	365.80	365.80	9,032.00	8,666.20 C
2211	Fornecedores gerais	0.00	365.80	365.80	9,032.00	8,666.20 C
2211001	Branco & Carreiro, L.da	0.00	365.80	365.80	5,487.00	5,121.20 C
2211007	Cruz das Neves e Silva Cardoso	0.00	0.00	0.00	885.00	885.00 C
2211016	Plano A - Papelaria, Lda	0.00	0.00	0.00	5.00	5.00 C
2211068	J.Silva Cardoso e Ruben Cordeiro SR...	0.00	0.00	0.00	2,655.00	2,655.00 C
23	Pessoal	0.00	0.00	712.00	712.00	0.00
231	Remunerações a pagar	0.00	0.00	712.00	712.00	0.00
2311	Aos órgãos sociais	0.00	0.00	712.00	712.00	0.00
24	Estado e outros entes publicos	46,462.08	46,406.28	211,889.58	188,295.44	23,594.14 D
241	Impostos sobre o rendimento	0.00	0.00	6,319.00	5,928.00	391.00 D
2411	IR- Pagamentos por conta	0.00	0.00	2,367.00	1,976.00	391.00 D
24111	Pagamento por Conta	0.00	0.00	1,567.00	1,176.00	391.00 D
24112	Pagamentos Especiais por Conta	0.00	0.00	800.00	800.00	0.00
241122	No Exercício	0.00	0.00	800.00	800.00	0.00
2413	I.R.C Estimado s/ Rendimento	0.00	0.00	1,901.88	1,901.88	0.00
2415	Apuramento Imposto	0.00	0.00	1,976.00	1,976.00	0.00
2417	Imposto a Receber	0.00	0.00	74.12	74.12	0.00
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	46,462.08	46,406.28	205,292.58	182,089.44	23,203.14 D
2432	IVA - Dedutível	55.80	303.94	1,023.42	1,023.42	0.00
24323	Outros Bens e Serviços	55.80	303.94	1,023.42	1,023.42	0.00
243231	Outros Bens e Serv.- Açores	55.80	303.94	1,023.42	1,023.42	0.00
24323113	Tx. Normal 18% - Comp. B.Serv. Aç...	55.80	303.94	1,023.42	1,023.42	0.00
2435	IVA - Apuramento	23,203.14	23,203.14	91,044.72	91,044.72	0.00
24351	IVA - Apuramento Valores Apurados	23,203.14	23,203.14	91,044.72	91,044.72	0.00
2437	IVA - A recuperar	23,203.14	22,899.20	113,224.44	90,021.30	23,203.14 D
24371	IVA - A recuperar c/c	23,203.14	22,899.20	113,224.44	90,021.30	23,203.14 D
245	Contribuições para a segurança social	0.00	0.00	278.00	278.00	0.00
2452	Órgãos sociais	0.00	0.00	278.00	278.00	0.00
24521	Regime geral gerência	0.00	0.00	278.00	278.00	0.00
25	Financiamentos obtidos	223,905.10	51,822.30	223,905.10	594,600.57	370,695.47 C
251	Instituições crédito e soc. financeiras	223,905.10	51,822.30	223,905.10	594,600.57	370,695.47 C
2511	Empréstimos bancários	223,905.10	51,822.30	223,905.10	594,600.57	370,695.47 C
25111	Correntes (Curto Prazo)	172,082.80	51,822.30	172,082.80	287,800.10	115,717.30 C
2511101	C.G.D nº 9015005631091	0.00	51,822.30	0.00	115,717.30	115,717.30 C
251111	Contas correntes caucionadas	172,082.80	0.00	172,082.80	172,082.80	0.00
25111101	C.G.D nº 9015005631091	172,082.80	0.00	172,082.80	172,082.80	0.00
25112	Não correntes (M/L Prazo)	51,822.30	0.00	51,822.30	306,800.47	254,978.17 C
2511201	C.G.D nº 9015005631091	51,822.30	0.00	51,822.30	306,800.47	254,978.17 C
26	Accionistas/sócios	0.00	0.00	542,124.68	568,619.50	26,494.82 C
261	Accionistas c/ Subscrição	0.00	0.00	510,043.65	0.00	510,043.65 D
2611	Entidades Públicas	0.00	0.00	510,043.65	0.00	510,043.65 D
261101	Câmara Municipal Vila Franca do Ca...	0.00	0.00	510,043.65	0.00	510,043.65 D
268	Outras operações em Participadas	0.00	0.00	32,081.03	568,619.50	536,538.47 C
2681	Gesquelhas, SA	0.00	0.00	0.00	568,619.50	568,619.50 C
2682	Vila Franca Parque, SA	0.00	0.00	32,081.03	0.00	32,081.03 D
27	Outras contas a receber e a pagar	0.00	174,943.31	188,290.05	1,416,840.84	1,228,550.79 C
271	Fornecedores de investimentos	0.00	0.00	0.00	1,200,000.00	1,200,000.00 C
2711	Fornec. investimentos-contas gerais	0.00	0.00	0.00	1,200,000.00	1,200,000.00 C
27111	Nacionais	0.00	0.00	0.00	1,200,000.00	1,200,000.00 C
2711101	Câmara Municipal de Vila Franca do c...	0.00	0.00	0.00	1,200,000.00	1,200,000.00 C
	<b>a Transportar..</b>	<b>270,367.18</b>	<b>98,694.38</b>	<b>981,816.81</b>	<b>2,563,983.64</b>	<b>1,582,166.83 C</b>

# VFC Empreendimentos-E.M.Activ.Desp.Rec.Tur.VFC,EM



## Balancete de Dezembro/2016 ( Saldos dos Saldos ) Analítico da Geral

Conta Inicial... : 1 - MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Conta Final.... : 8901 - Dividendos Antecipados

Câmbio : 2 - Euro

Conta	Título	Déb. Mensal	Créd. Mensal	Déb. Anual	Créd. Anual	Saldo T
	<b>Transporte...</b>	<b>270,367.18</b>	<b>98,694.38</b>	<b>981,816.81</b>	<b>2,563,983.64</b>	<b>1,582,166.83 C</b>
272	Devedores e credores por acréscimos	0.00	2,861.17	730.27	44,758.70	44,028.43 C
2722	Credores por acréscimos de gastos	0.00	2,861.17	730.27	44,758.70	44,028.43 C
27223	Juros a Liquidar	0.00	1,015.77	0.00	41,817.90	41,817.90 C
27229	Outros Acréscimos de Gastos	0.00	1,845.40	730.27	2,940.80	2,210.53 C
278	Outros devedores e credores	0.00	172,082.14	187,559.78	172,082.14	15,477.64 D
2781	Outros devedores e Credores	0.00	172,082.14	187,559.78	172,082.14	15,477.64 D
27818	Outros Devedores e Credores	0.00	172,082.14	187,559.78	172,082.14	15,477.64 D
2781810	Vila Franca Parque, SA	0.00	0.00	14,927.64	0.00	14,927.64 D
2781824	Tribunal Judicial de Vila F. Campo	0.00	172,082.14	172,082.14	172,082.14	0.00
2781825	Eduardo Pestana	0.00	0.00	550.00	0.00	550.00 D
4	INVESTIMENTOS	1,244.99	20.31	2,762,045.94	1,346,746.39	1,415,299.55 D
41	Investimentos financeiros	0.00	0.00	44,587.68	44,587.68	0.00
411	Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00	12,213.45	0.00	12,213.45 D
4111	Gesquelhas, S.A	0.00	0.00	12,213.45	0.00	12,213.45 D
412	Investimentos em associadas	0.00	0.00	32,374.23	0.00	32,374.23 D
4121	Vila Franca Parque, S.A	0.00	0.00	32,374.23	0.00	32,374.23 D
419	Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	44,587.68	44,587.68 C
4191	Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00	0.00	12,213.45	12,213.45 C
41911	Gesquelhas, S.A	0.00	0.00	0.00	12,213.45	12,213.45 C
4192	Investimentos em associadas	0.00	0.00	0.00	32,374.23	32,374.23 C
41921	Part. de capital - mét. equiv. patrimon.	0.00	0.00	0.00	32,374.23	32,374.23 C
419211	Vila Franca Parque, S.A	0.00	0.00	0.00	32,374.23	32,374.23 C
43	Activos fixos tangíveis	1,244.99	20.31	2,291,867.22	876,567.67	1,415,299.55 D
431	Terrenos e Recursos Naturais	0.00	0.00	2,271,729.26	0.00	2,271,729.26 D
43101	Terreno Urbano (Relvão)	0.00	0.00	1,235,400.00	0.00	1,235,400.00 D
43102	Prédio Urbano Terras do Visconde	0.00	0.00	1,036,329.26	0.00	1,036,329.26 D
435	Equipamento administrativo	0.00	0.00	15,218.00	0.00	15,218.00 D
4351	Com IVA Dedutível	0.00	0.00	15,218.00	0.00	15,218.00 D
435101	Tx. Normal Açores 14%	0.00	0.00	12,620.00	0.00	12,620.00 D
435102	Tx. Normal Cont. 20%	0.00	0.00	1,948.00	0.00	1,948.00 D
435103	Tx. Normal Açores 15%	0.00	0.00	650.00	0.00	650.00 D
438	Depreciações acumuladas	1,244.99	20.31	4,919.96	59,318.41	54,398.45 C
4381	Terrenos e recursos naturais	1,244.99	0.00	4,919.96	44,100.32	39,180.36 C
4385	Equipamento administrativo	0.00	20.31	0.00	15,218.09	15,218.09 C
439	Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	817,249.26	817,249.26 C
4391	Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	817,249.26	817,249.26 C
45	Investimentos em curso	0.00	0.00	425,591.04	425,591.04	0.00
4551	Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00	425,591.04	0.00	425,591.04 D
45511	Part. de capital - mét. equiv. patrimon.	0.00	0.00	425,591.04	0.00	425,591.04 D
4551101	Gesquelhas, SA	0.00	0.00	425,591.04	0.00	425,591.04 D
459	Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	425,591.04	425,591.04 C
4595	Adiantamentos por conta de investimen...	0.00	0.00	0.00	425,591.04	425,591.04 C
45951	Part. de capital - mét. equiv. patrimon.	0.00	0.00	0.00	425,591.04	425,591.04 C
459511	Gesquelhas, SA	0.00	0.00	0.00	425,591.04	425,591.04 C
5	CAPITAL, RESERVAS E RESULT. T...	0.00	0.00	2,875,249.86	2,688,403.00	186,846.86 D
51	Capital	0.00	0.00	0.00	2,679,103.00	2,679,103.00 C
511	Capital Social	0.00	0.00	0.00	2,679,103.00	2,679,103.00 C
51101	Câmara Munic. de Vila Franca do Campo	0.00	0.00	0.00	2,679,103.00	2,679,103.00 C
55	Reservas	0.00	0.00	0.00	9,300.00	9,300.00 C
551	Reservas legais	0.00	0.00	0.00	9,300.00	9,300.00 C
56	Resultados transitados	0.00	0.00	2,875,249.86	0.00	2,875,249.86 D
561	Resultados de Exerc. Anteriores	0.00	0.00	2,875,249.86	0.00	2,875,249.86 D
6	GASTOS	3,291.48	0.00	13,491.83	0.00	13,491.83 D
62	Fornecimentos e serviços externos	1,160.00	0.00	7,018.24	0.00	7,018.24 D
622	Serviços especializados	1,060.00	0.00	6,812.34	0.00	6,812.34 D
6221	Trabalhos especializados	310.00	0.00	3,775.80	0.00	3,775.80 D
	<b>a Transportar..</b>	<b>271,612.17</b>	<b>273,658.00</b>	<b>6,807,402.66</b>	<b>6,815,973.87</b>	<b>8,571.21 C</b>



# VFC Empreendimentos-E.M.Activ.Desp.Rec.Tur.VFC,EM

## Balancete de Dezembro/2016 ( Saldos dos Saldos ) Analítico da Geral

Conta Inicial... : 1 - MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Conta Final.... : 8901 - Dividendos Antecipados

Câmbio : 2 - Euro

Conta	Título	Déb. Mensal	Créd. Mensal	Déb. Anual	Créd. Anual	Saldo	T
	<b>Transporte...</b>	<b>271,612.17</b>	<b>273,658.00</b>	<b>6,807,402.66</b>	<b>6,815,973.87</b>	<b>8,571.21</b>	<b>C</b>
62211	Com IVA Dedutível	310.00	0.00	3,410.00	0.00	3,410.00	D
622116	Tx Normal Açores 18%	310.00	0.00	3,410.00	0.00	3,410.00	D
62213	Isentos	0.00	0.00	365.80	0.00	365.80	D
6224	Honorários	750.00	0.00	3,000.00	0.00	3,000.00	D
62241	Com Iva Dedutível	0.00	0.00	2,250.00	0.00	2,250.00	D
622416	Tx Normal Açores 18% - Honorários	0.00	0.00	2,250.00	0.00	2,250.00	D
62243	Isentos - Honorários	750.00	0.00	750.00	0.00	750.00	D
6227	Serviços Bancários	0.00	0.00	36.54	0.00	36.54	D
62271	Com Iva Dedutível	0.00	0.00	25.65	0.00	25.65	D
622715	Tx Normal Açores 18%	0.00	0.00	25.65	0.00	25.65	D
62273	Isento (REI/REPR)	0.00	0.00	10.89	0.00	10.89	D
626	Serviços diversos	100.00	0.00	205.90	0.00	205.90	D
6262	Comunicação	0.00	0.00	25.90	0.00	25.90	D
62623	Correios e Despesas Postais	0.00	0.00	25.90	0.00	25.90	D
6265	Contencioso e notariado	100.00	0.00	180.00	0.00	180.00	D
62652	Registos e notariados	100.00	0.00	180.00	0.00	180.00	D
626523	Isentos(REI/REPR)	100.00	0.00	180.00	0.00	180.00	D
63	Gastos com o pessoal	0.00	0.00	990.00	0.00	990.00	D
631	Remunerações dos órgãos sociais	0.00	0.00	800.00	0.00	800.00	D
63109	Senhas de Presença Comis. Liquidataria	0.00	0.00	800.00	0.00	800.00	D
635	Encargos sobre remunerações	0.00	0.00	190.00	0.00	190.00	D
6351	Encargos sobre remunerações org. sociais	0.00	0.00	190.00	0.00	190.00	D
63511	Regime geral gerência	0.00	0.00	190.00	0.00	190.00	D
64	Gastos de depreciação e de amortização	20.31	0.00	81.24	0.00	81.24	D
642	Activos fixos tangíveis	20.31	0.00	81.24	0.00	81.24	D
6425	Equipamento administrativo	20.31	0.00	81.24	0.00	81.24	D
68	Outros gastos e perdas	1,134.62	0.00	1,261.67	0.00	1,261.67	D
681	Impostos	1,134.62	0.00	1,261.67	0.00	1,261.67	D
6812	Impostos indirectos	1,134.62	0.00	1,261.67	0.00	1,261.67	D
68121	Imposto Selo	39.22	0.00	166.27	0.00	166.27	D
6812103	Juros / Prémios / Comissões	39.22	0.00	166.27	0.00	166.27	D
68123	IMI	1,095.40	0.00	1,095.40	0.00	1,095.40	D
69	Gastos e perdas de financiamento	976.55	0.00	4,140.68	0.00	4,140.68	D
691	Juros suportados	976.55	0.00	4,140.68	0.00	4,140.68	D
6911	Juros de financiamento obtidos	976.55	0.00	4,140.68	0.00	4,140.68	D
7	RENDIMENTOS	0.00	1,245.65	0.00	4,920.62	4,920.62	C
76	Reversões	0.00	1,244.99	0.00	4,919.96	4,919.96	C
761	De depreciações a de amortizações	0.00	1,244.99	0.00	4,919.96	4,919.96	C
7612	Activos fixos tangíveis	0.00	1,244.99	0.00	4,919.96	4,919.96	C
76121	Terrenos e recursos naturais	0.00	1,244.99	0.00	4,919.96	4,919.96	C
78	Outros rendimentos e ganhos	0.00	0.66	0.00	0.66	0.66	C
788	Outros	0.00	0.66	0.00	0.66	0.66	C
7881	Correcções relativas a perid. anteriores	0.00	0.66	0.00	0.66	0.66	C
8	RESULTADOS	0.00	0.00	36,895.26	36,895.26	0.00	
81	Resultado líquido do período	0.00	0.00	36,895.26	36,895.26	0.00	
818	Resultado Líquido	0.00	0.00	36,895.26	36,895.26	0.00	
	<b>Total Geral....</b>	<b>274,903.65</b>	<b>274,903.65</b>	<b>6,857,789.75</b>	<b>6,857,789.75</b>	<b>0.00</b>	



MAPA DE DEPRECIACÖES E AMORTIZACÖES

Nº IDENTIFICACÖÃO FISCAL

512089205

PERÍODO DE TRIBUTACÖÃO  
2016

NATUREZA DOS ACTIVOS:  
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS  
ACTIVOS INTANGÍVEIS  
ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS  
PROPRIEDADES INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:  
QUOTAS CONSTANTES  
QUOTAS DECRESCENTES  
OUTRO

MODELO

32

IR0

Código acordo c/ab. arexa DR 25/ 2009	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos		Anos Util. espe rada	Depreciações e perdas imparidade contabilizadas no periodo	Depreciações e amortizações aceites em periodos anteriores	Gastos Fiscais		Perdas aceites no periodo (art.38ºC/IRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações e perdas aceites como gastos	Depreciações e perdas imparidade recuperadas no periodo	
		Início Utilização	Fim	Valor contabilístico registado	Valor aquisição ou produção para efeitos fiscais				Taxa Depreciações (%)	Taxa Co mgida (%)					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[10]x[7] ou [6]x[11]	(13)	(14)	(15)=[8]-(12+13)	(16)
431	TERRENOS														
2999	Prédio Urb. de S. Pedro arº P870 e IMI	2005	2005	1.137.400,00	1.137.400,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2999	Prédio Urbano Terras Visconde Arº P946	2007	2007	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2999	Terras Visconde Arº P946 Parte Sobrante	2007	2007	1.036.329,26	1.036.329,26		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
435	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO														
2240	HP Compaq DX2400MT	2008	2008	699,00	699,00		0,00	699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2275	PHASER 6180 MFPV_D + Nasolition Kit	2008	2008	1.249,00	1.249,00		0,00	1.249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2430	Const. Divisórias e Armários Prop.10180	2008	2008	8.925,00	8.925,00		0,00	8.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2430	4 Cadeiras Secret e 15 Cadeiras Reunião	2008	2008	3.695,00	3.695,00		0,00	3.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2430	3 Secretárias com 0,8*0,8	2009	2009	650,00	650,00		81,25	568,75	12,50	0,00	81,25	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>				<b>2.188.947,26</b>	<b>2.188.947,26</b>		<b>81,25</b>	<b>15.136,75</b>		<b>81,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas de Vila Franca do Campo, E.M. - Em liquidação (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.996.591,53 euros e um total de capital próprio negativo de 195.418,07 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.571,21 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas de Vila Franca do Campo, E.M. - Em liquidação em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnica e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades da Comissão Liquidatária:

A Comissão Liquidatária é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentais aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; e
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos

prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Comissão Liquidatária;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATÓRIO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º3, al, e) do Código das Sociedades Comerciais e 25.º, n.º6, al, j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 22 de março de 2017.

**J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.**  
Representada por



João Humberto Silva Cardoso (ROC n.º 532)

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
EXERCÍCIO DE 2016**

Ex.mos Senhores:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e do disposto nas alíneas d), e) e na segunda parte da j) do n.º 6 do Artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, vimos apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pela Comissão Liquidatária da VFC Empreendimentos – Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas de Vila Franca do Campo, E.M. – Em liquidação (a Entidade), relativos ao exercício de 2016.

1. No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2016, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a Entidade.

2. De acordo com o n.º 1 do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 6 do Artigo 25.º da Lei 50/2012, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Artigo 25.º da Lei 50/2012, somos de

**PARECER**

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Ponta Delgada, 22 de março de 2017.

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.  
Representada por



João Humberto Silva Cardoso (ROC n.º 532)